



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

1.1. Número do processo: 022111/2026

1.2. Objeto: Aquisição de 02 (dois) container nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMA T	UN.	QUA NT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Container Material: Aço Inoxidável Tipo: Dry Standard Capacidade: 26.000 KG Aplicação: Armazenamento De Materiais Características Adicionais: Dispositivo Para Cadeado Dimensões: 2,44 X 2,69 X 12,0 M	477976	UN	02	R\$ 11.400,00	22.800 ,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

	TOTAL ESTIMADO					R\$ 22.800,00
--	-----------------------	--	--	--	--	----------------------

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Os bens objeto desta contratação são classificados como **bens comuns**, nos termos do art. 6º, XXIII, “a”, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como **bem de luxo**, em conformidade com o Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 2.3. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados da data de sua publicação, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.4. O contrato disciplinará, de forma detalhada, as regras aplicáveis à sua vigência, observada a legislação pertinente.
- 2.5. Todos os itens serão avaliados quanto à **conformidade das especificações técnicas** do produto em relação ao descritivo constante do edital.
- 2.6. O objeto da aquisição observará a **padronização adotada pelo órgão**, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais – CATMAT, do SIASG.
- 2.7. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e aquelas previstas no presente Termo de Referência, **prevalecerão estas últimas**.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. O objeto da presente solicitação consiste na **aquisição de 02 (dois) containers**, para armazenamento de artigos dos expositores cadastrados nos projetos da secretaria.
- 3.2. A aquisição do container justifica-se pela necessidade de um espaço adequado e seguro para o armazenamento das barracas e demais materiais utilizados pelo setor de artesanatos. Atualmente, a ausência de estrutura própria ocasiona improvisos na guarda dos itens, sujeitando-os a riscos de deterioração, extravio e dificultando a organização logística das ações.
- 3.3. O setor de artesanatos desempenha papel fundamental na valorização cultural e no fortalecimento da economia criativa local, participando de feiras, exposições e eventos de grande porte, como a Expo Fazenda e a Feira FazArte. O contêiner permitirá melhor gestão do acervo de materiais, garantindo praticidade, agilidade e segurança no transporte e na utilização dos equipamentos.
- 3.4. Além disso, a medida contribui para a preservação do patrimônio público, para



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

a eficiência na realização de eventos e para o apoio contínuo aos artesãos locais, reforçando o compromisso da Administração Municipal com o desenvolvimento cultural, social e econômico do município.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. O fornecedor será selecionado mediante procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço, nos termos da legislação vigente.

4.2. O objeto da presente contratação consiste no fornecimento de bens permanentes classificados como bens comuns, conforme descrições constantes deste Termo de Referência, atendendo ao disposto no art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Os bens deverão ser entregues na Divisão de Patrimônio Público, situada na Avenida Venezuela, nº 247, Bairro Nações, no horário das 08h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, garantindo-se a conformidade com as especificações técnicas e a integridade do material fornecido.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação observará os critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da legislação vigente e regulamentações correlatas.

5.1. Sustentabilidade

5.1.1. Somente será admitida a oferta de contêiner fabricado com materiais recicláveis, reciclados ou reaproveitados, sempre que disponíveis no mercado, de forma a reduzir impactos ambientais e promover a economia circular.

5.1.2. A empresa deverá comprovar que o contêiner ofertado é fabricado com materiais recicláveis, reciclados ou reaproveitados, quando disponíveis no mercado, mediante apresentação de declaração do fabricante, ficha técnica, certificado ambiental ou documento equivalente que demonstre a utilização desses materiais em sua composição. Somente serão admitidas propostas que atendam a essa exigência, visando à redução dos impactos ambientais e ao incentivo à economia circular.

5.1.3. O contêiner deverá atender às normas técnicas de segurança e de controle de ruídos em seu manuseio e instalação, observando a legislação ambiental vigente, em especial as Resoluções CONAMA correlatas e demais



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

regulamentações supervenientes.

5.1.4. Somente será admitida a oferta de contêiner que comprove atendimento a práticas de fabricação ambientalmente responsáveis, com controle das emissões de poluentes no processo produtivo, bem como com a utilização de tintas e revestimentos atóxicos e de baixo impacto ambiental.

5.2. Subcontratação

É vedada a subcontratação do objeto contratual.

5.3. Garantia da contratação

Não será exigida a prestação de garantia prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando que o item será entregue em poucas remessas e que tal exigência poderia restringir a participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de entrega

6.1.1. O prazo para entrega dos bens será de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação do contrato no Diário Oficial, em remessa única.

6.1.2. Caso não seja possível cumprir o prazo de entrega estabelecido, o Contratado deverá comunicar as razões com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, para que eventual pleito de prorrogação seja analisado, ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito.

6.1.3. A entrega deverá ser realizada na Divisão de Patrimônio Público, localizada na Avenida Venezuela, nº 247, Bairro Nações, no horário das 08h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira.

6.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

6.2.1. O prazo de garantia contratual, complementar à garantia legal, será de no mínimo 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo do objeto.

6.2.2. A garantia deverá assegurar que os bens permaneçam em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a Administração.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

- 6.2.3. A garantia abrangerá a manutenção corretiva, a ser realizada pelo Contratado ou, quando aplicável, por assistência técnica autorizada, de acordo com normas técnicas específicas.
- 6.2.4. A manutenção corretiva compreenderá ajustes, substituições de peças, reparos e demais correções necessárias ao restabelecimento pleno das condições de funcionamento dos bens.
- 6.2.5. As peças defeituosas deverão ser substituídas por outras novas, originais e de primeiro uso, com padrão de qualidade igual ou superior ao original.
- 6.2.6. O Contratado terá até 15 (quinze) dias úteis para realizar os reparos ou substituições, a contar da retirada do equipamento, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração.
- 6.2.7. No caso de prorrogação do prazo de reparo, o Contratado deverá disponibilizar ao Contratante equipamento equivalente, de especificação igual ou superior, para uso provisório, de forma a assegurar a continuidade dos serviços administrativos.
- 6.2.8. Se o Contratado não atender às obrigações de reparo ou substituição no prazo estipulado, o Contratante poderá contratar empresa diversa para execução do serviço, sendo o Contratado responsável pelo reembolso integral dos custos, sem prejuízo da manutenção da garantia.
- 6.2.9. O transporte dos equipamentos, quando necessário em razão de reparo ou substituição cobertos pela garantia, será de responsabilidade do Contratado.
- 6.2.10. A garantia legal ou contratual terá prazo próprio e independente da vigência contratual, possibilitando a aplicação de penalidades em caso de descumprimento, mesmo após o término do contrato.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Execução do contrato

- 7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas avençadas e a legislação aplicável, sendo cada parte responsável pelas consequências da inexecução total ou parcial.
- 7.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão contratual, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, devendo a circunstância ser registrada mediante apostila.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

7.1.3. As comunicações entre a Administração e a contratada serão formalizadas por escrito, admitindo-se, quando cabível, o uso de meios eletrônicos oficiais.

7.1.4. O órgão ou entidade contratante poderá convocar representantes da contratada para adoção imediata de providências necessárias.

7.1.5. Após a assinatura do contrato, a Administração poderá convocar reunião inicial com o representante da contratada para apresentação do plano de fiscalização, contendo informações sobre:

- obrigações contratuais;
- mecanismos de fiscalização;
- estratégias de execução;
- métodos de aferição dos resultados;
- penalidades aplicáveis.

7.2. Fiscalização contratual

7.2.1. A execução será acompanhada e fiscalizada por fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser designados fiscais substitutos.

7.3. Fiscalização técnica

7.3.1. Compete ao fiscal técnico acompanhar a execução do contrato, assegurando o cumprimento das condições pactuadas e a qualidade dos resultados.

7.3.2. O fiscal técnico registrará em histórico todas as ocorrências relevantes, indicando providências corretivas.

7.3.3. Havendo irregularidades, notificará a contratada para correção no prazo fixado.

7.3.4. Sempre que ultrapassar sua competência, comunicará o gestor do contrato em tempo hábil.

7.3.5. Ocorrências que possam inviabilizar a execução serão imediatamente reportadas ao gestor.

7.3.6. O fiscal técnico comunicará o término contratual, visando eventual renovação ou prorrogação tempestiva.

7.4. Fiscalização administrativa

7.4.1. Compete ao fiscal administrativo verificar a manutenção das condições de habilitação, acompanhar empenho, pagamento, garantias, glosas e



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

formalização de apostilas e aditivos.

7.4.2. No caso de descumprimento contratual, atuará tempestivamente, reportando ao gestor quando ultrapassar sua competência.

7.5. Gestão contratual

7.5.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, consolidando registros, relatórios e ocorrências no histórico de gerenciamento.

7.5.2. Acompanhará as anotações dos fiscais, informando à autoridade superior situações que exijam providências fora de sua alçada.

7.5.3. Verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho e pagamento.

7.5.4. Emitirá documentos comprobatórios de avaliação dos fiscais, com menção ao desempenho contratual, indicadores de resultado e penalidades aplicadas, alimentando o cadastro de atesto.

7.5.5. Tomará providências para instauração de processo administrativo de responsabilização para aplicação de sanções, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

7.5.6. Elaborará relatório final sobre a consecução dos objetivos da contratação, indicando melhorias para futuras execuções.

7.5.7. Enviará a documentação ao setor de contratos para formalização de liquidação e pagamento, conforme dimensionado pela fiscalização.

7.1. Equipe de fiscalização

FISCAL DE EXECUÇÃO			
FUNÇÃO	SERVIDOR	MATRÍCULA	PORTARIA
GESTOR	Jonathan Almir Barbosa	363333	05/2026
FISCAL	Analine Maquea Cardeal	355499	05/2026
FISCAL SUBSTITUTO	Cleverson Moraes de Almeida	363433	05/2026

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Recebimento



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

- 8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente junto com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Liquidação

- 8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais, tais como:

- prazo de validade;
- data da emissão;
- dados do contrato e do órgão contratante;
- período respectivo de execução do contrato;
- valor a pagar;
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade, mediante consulta a sítios eletrônicos oficiais ou documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão impeditiva à contratação com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (IN nº 3/2018).

8.2.6. Constatando-se irregularidade junto ao SICAF, será providenciada notificação ao contratado, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou apresente defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, a critério do contratante.

8.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa improcedente, o contratante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal sobre a inadimplência, bem como sobre a existência de pagamento pendente, para que sejam acionados os meios cabíveis para garantir a satisfação dos créditos.

8.2.8. Persistindo a irregularidade, será instaurado processo de rescisão contratual, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente até decisão final sobre a rescisão contratual.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

8.3. Prazo de Pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da IN SEGES/ME nº 77/2022.

8.3.2. Em caso de atraso por parte da Administração, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data da efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

8.4. Forma de Pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada como data de pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido em planilha, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O contratado optante pelo Simples Nacional (LC nº 123/2006) não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo regime, condicionado à apresentação de comprovação documental de que faz jus ao tratamento tributário diferenciado.

9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **Menor Preço**.

9.2. A formalização da contratação ocorrerá mediante assinatura de contrato administrativo e emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

9.3. Forma de fornecimento

9.3.1. O fornecimento do objeto será em **remessa única**.

9.4. Exigências de habilitação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.4.1. Habilitação jurídica

- 9.4.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente válido em todo o território nacional.
- 9.4.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da Junta Comercial da sede.
- 9.4.1.3. Microempreendedor Individual (MEI): **CCMEI**, cuja autenticidade será verificada no sítio oficial gov.br.
- 9.4.1.4. Sociedade empresária, SLU ou EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social na Junta Comercial, com documento comprobatório de seus administradores.
- 9.4.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil publicada no DOU e arquivada na Junta Comercial, conforme IN DREI/ME nº 77/2020.
- 9.4.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com documento comprobatório de seus administradores.
- 9.4.1.7. Filial, sucursal ou agência: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no Registro Público competente, com averbação na matriz.
- 9.4.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação, estatuto social e ata de assembleia que o aprovou, arquivados em Junta Comercial ou Registro Civil, além do registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971.
- 9.4.1.9. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou consolidação respectiva.

9.4.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.4.2.1. Prova de inscrição no **CNPJ** ou **CPF**, conforme o caso.
- 9.4.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta da RFB e PGFN, inclusive quanto à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

- 9.4.2.3. Prova de regularidade com o **FGTS**.
- 9.4.2.4. Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos trabalhistas, nos termos do Título VII-A da **CLT**.
- 9.4.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/distrital do domicílio ou sede, pertinente ao ramo de atividade.
- 9.4.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda estadual/distrital do domicílio ou sede.
- 9.4.2.7. Caso seja isento, comprovação da isenção mediante declaração da Fazenda estadual/distrital.
- 9.4.2.8. O **MEI** estará dispensado da inscrição em cadastros estadual e municipal para fins de habilitação diferenciada (LC nº 123/2006).

9.4.3. Qualificação econômico-financeira

- 9.4.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio, quando pessoa física ou sociedade simples (IN Seges/ME nº 116/2021, art. 5º, II, “c”).
- 9.4.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede (Lei nº 14.133/2021, art. 69, II).
- 9.4.3.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios sociais, comprovando índices de **LG, LC e SG > 1**.
- 9.4.3.4. Empresas criadas no exercício poderão apresentar balanço de abertura.
- 9.4.3.5. Para empresas com menos de 2 anos de constituição, exigir-se-á apenas o último exercício.
- 9.4.3.6. Os documentos contábeis deverão observar o limite definido pela RFB para transmissão da **ECD ao SPED**.
- 9.4.3.7. Caso os índices LG, LC ou SG sejam ≤ 1 , será exigido **capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10%** do valor estimado da contratação ou da parcela pertinente.
- 9.4.3.8. O atendimento aos índices deverá ser atestado por declaração assinada por profissional habilitado em contabilidade.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

9.4.4. Qualificação técnica

9.4.4.1. Comprovação de aptidão para fornecimento de bens similares em complexidade, por meio de atestados ou certidões emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.4.4.2. Os atestados devem comprovar execução de, no mínimo, **50% da parcela de maior relevância** do objeto.

9.4.4.3. Será admitido o somatório de atestados executados concomitantemente.

9.4.4.4. Atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou filial.

9.4.4.5. A Administração poderá exigir documentos complementares, como contratos, endereços e locais de execução para conferência.

9.4.5. No caso de cooperativas, exigir:

9.4.5.1. Relação de cooperados que executarão o contrato;

9.4.5.2. DRSCI de cada cooperado;

9.4.5.3. Comprovação do capital social proporcional;

9.4.5.4. Registro previsto no art. 107 da lei nº 5.764/1971;

9.4.5.5. Comprovação da integralização das quotas-partes;

9.4.5.6. Documentos de regularidade jurídica (ata de fundação, estatuto social, atas de assembleias, registros de presença, autorização para contratar);

9.4.5.7. Última auditoria contábil-financeira da cooperativa ou declaração de sua dispensa (art. 112 da lei nº 5.764/1971).

A exigência de qualificação técnica, mediante apresentação de atestados de capacidade compatíveis com o objeto, visa assegurar que o fornecedor possua experiência mínima necessária para a correta execução contratual, prevenindo falhas e garantindo a qualidade do fornecimento.

A exigência de qualificação econômico-financeira, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, tem como finalidade comprovar a capacidade financeira da empresa para assumir as obrigações do contrato, reduzindo riscos de inadimplemento.

Tais requisitos estão previstos nos arts. 67, 69 e 71 da Lei nº 14.133/2021, sendo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

proporcionais e pertinentes ao objeto, sem prejuízo à competitividade do certame.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$22.800,00 (vinte e dois mil, oitocentos reais), conforme os custos unitários especificados na tabela constante do item 1 deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A contratação será custeada com recursos orçamentários provenientes da dotação n.º128 da Emenda Parlamentar Municipal.

A despesa encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações, em consonância com o planejamento orçamentário vigente.

Cód	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Progr	Ação	Elemento	Fonte	R\$
128	07	01	23	695	0048	1.056	4.4.90.52	00000. 00000. 01.07. 00.00. 1.500	22.800,00

O grupo de fonte de recursos indicado no item anterior é:

RECURSOS	SIM	NÃO
Recursos do Município	X	
Recursos Programas, Convênio Estadual		X
Recursos Programas, Convênio Municipal	X	

Fazenda Rio Grande, 25 de Junho de 2026

Elaborado por:

ANALINE MAQUEA CARDEAL

Chefe de divisão

Matrícula 355499

Revisado por:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

JONATHAN ALMIR BARBOSA

Diretor de Área

Decreto nº 7671/2025

Aprovado por:

TIAGO HENRIQUE WANDSCHEER

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Decreto nº 7651/2025